

EQUIPE

Projeto Gráfico

Cláudio Martins - Ilustrações
Sinésio Ribeiro Bastos Filho - CREA-MG

Diagramação

Teo Venier - CREA-MG

Texto e Organização

Odair Santos Junior
Engenheiro Civil, CREA-MG e membro da Secretaria Provisória da
Comissão de elaboração da Agenda 21 Estadual de Minas Gerais.

Colaboração

Luis Dario Gutierrez Mere
Arquiteto, Assessor Técnico da Coordenação da Agenda 21 Nacional
e responsável pelo acompanhamento e apoio à Comissão provisória de
elaboração da Agenda 21 Estadual de Minas Gerais e Agendas 21 Locais
do Ministério do Meio Ambiente.

Digitação

Sandra Barreto
Assistente Administrativo, CREA-MG

Revisão

Clarinda Maria Guerra
Comunicadora, Professora de Português

Realização

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e
Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG
Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho
CEP: 30170-001 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3299-8704 e (31) 3299-8851 – Fax: (31) 3299-8710
Endereço eletrônico: crea-mg@crea-mg.org.br; presidencia@crea-mg.org.br

br

Página eletrônica: <http://www.crea-mg.org.br>



AGENDA 21

SINAL VERDE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





- 04 TERRA, NAVEGANTE
- 06 CONCEITO DA SUSTENTABILIDADE
- 07 AGENDA 21: O COMPROMISSO
- 08 A CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21:
UM EXEMPLO: MINAS GERAIS
- 09 FÓRUM ESTADUAL
AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO
- 11 A MULTIPLICAÇÃO DOS PEIXES
- 12 OS CONGRESSOS DE PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA
- 13 A CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
- 14 PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA / CREA
- 15 GOVERNO
- 16 SOCIEDADE CIVIL
- 17 O PAPEL DO SISTEMA CONFEA / CREA
- 19 A CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM
- 21 ANEXOS

AGENDA 21. - Belo Horizonte: CREA-MG,
2004.

24 p. : il.; 21 cm.

1. Título 2. Planeta Terra 3. Sustentabilidade
Ambiental I. CREA-MG.

Entidades que integram o Fórum Estadual provisório pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais (conforme levantamento efetuado em junho de 2004)

1. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais - AGM
2. AMAP
3. ASCOCNAR
4. Assembléia Legislativa - Gabinete do Rogério Correia
5. Assessoria Especial do Governador de Minas Gerais
6. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES-MG
7. Associação de Engenharia Mecânica e Industrial de Minas Gerais - ABEMEC-MG
8. Associação dos Ex-Alunos da Escola de Engenharia da UFMG - AEEUFMG
9. Associação dos Pequenos Municípios de Minas Gerais - ASPEMG
10. Associação Mineira de Engenharia de Segurança - AMES
11. Associação Sócio Ambiental dos Amigos da Mata do Morcego e da Matinha do Califórnia - ASAMMOR
12. Câmara Especializada de Mecânica e Metalurgia - CEMM - CREA-MG
13. Câmara Municipal de Belo Horizonte
14. Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG
15. Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear - CDTN
16. Centro de Ecologia Integral
17. Centro de Educação Ambiental Chico Mendes
18. Centro de Referência do Rio São Francisco - CRESF
19. Centro de Tecnologias Alternativa da Zona da Mata - CTA-ZM
20. CMP
21. Colégio de Inspectores do CREA-MG
22. Colégio Estadual de Entidades - CEE - CREA-MG
23. Columbus Engenharia Ltda
24. COMAM
25. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
26. Comissão Permanente de Meio Ambiente - CREA-MG
27. Comitê Brasileiro da Barra
28. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará
29. Comitê de Bacia Hidrográfica CBH - Rio Paraopeba
30. Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
31. Conselho Estadual de Saúde
32. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA
33. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG
34. Consultoria Ambiental
35. Consultoria em Mobilização Social
36. CPAPA
37. CREA-MG Júnior
38. Educação Ambiental
39. ENGECASTMED
40. FEDASCON
41. Federação Brasileira de Associações de Engenheiros - FEBRAE
42. Federação das Fundações do Direito Privado de Minas Gerais - FUNDAMIG
43. Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG
44. Fórum Agenda 21 de Belo Horizonte
45. Fórum Mineiro de Comitês
46. Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Comitês de Bacia Hidrográficas FONASC-CBH
47. Fórum Permanente de Discussão Ambiental de Minas Gerais
48. Fundação Alexander Brandt
49. Fundação Gorceix
50. Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte
51. FUNEDI
52. Gabinete da Deputada Lúcia Pacifico - ALMG
53. Gabinete da Vereadora Leticia Penha
54. Gabinete da Vereadora Neila Batista
55. Gabinete do Deputado Federal Carlos Mota
56. Gabinete do Deputado Roberto Carvalho
57. Gemas da Terra
58. ICF Consulting
59. Igreja Católica
60. Inspeção de Betim - CREA-MG
61. Inspeção de Betim - CREA-MG
62. Inspeção de Divinópolis - CREA-MG
63. Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE-MG
64. Instituto Brasileiro de Educação e Integração Social - IBEIDS
65. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
66. Instituto de Engenheiros de Contagem - IECON
67. Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
68. Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER / DDRS
69. Instituto Estadual de Florestas - IEF
70. Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
71. Instituto Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH
72. Magnaterra Ltda
73. Mandato Coletivo Deputado Federal César Medeiros
74. Mandato do Deputado Federal Virgílio Guimarães
75. Midhia e Direitos Humanos
76. Ministério do Meio Ambiente - Agenda 21/ SDS
77. Movimento Cidadania pelas Águas Brasil - MCPA
78. ONG - Clarosofia Núcleo Mundial
79. ONG Brasil / FSM
80. ONG Leão
81. ONG Ponto Terra
82. OSCIP
83. Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Ouro Branco - PMDB - Ouro Branco
84. Partido Verde
85. Partido Verde Ribeirão das Neves
86. Ponto MG
87. Prefeitura de Belo Horizonte - Centro Sul
88. Prefeitura de Ouro Branco
89. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
90. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Regional Norte
91. Prefeitura Municipal de Lamim
92. Prefeitura Municipal de Morro da Garça
93. Prefeitura Municipal de Três Marias
94. Projeto Bandeirinhas II Serra do Cipó
95. Projeto Cultural Criança Viva - PCCV
96. Projeto Manuelzão
97. Raça Direitos Humanos e Ambientais em Revista
98. Rede Brasileira de Educação Ambiental
99. Rede Mineira de Educação Ambiental
100. Santa Marina Engenharia e Construção Ltda
101. SEARA
102. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
103. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (Vigilância Ambiental)
104. Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas
105. Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SMLU-BH
106. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano de Belo Horizonte
107. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento de Governador Valadares
108. Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Minas Gerais - SINDADOS/

MG

109. Sindicato dos Geólogos de Minas Gerais - SINGEO-MG
110. Sindicato dos Jornalistas
111. Sindicato dos Médicos do Estado de MG - SINMED-MG
112. Sociedade Mineira de Engenheiros - SME
113. Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais - SMEF
114. Superintendência de Limpeza Urbana - SLU
115. Terreiro de Candomblé Bakise Banto Kasanje
116. UNICAMP
117. Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG
118. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
119. Vida para a Bacia do Ribeirão Arrudas Meio Ambiente e Integração Social - Vibra-Mais

INTRODUÇÃO

AGENDA 21 LOCAL

É um processo que envolve todos os setores de uma localidade na construção de um programa de ação que contemple as questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo

Formulação de políticas públicas

Fases da elaboração

- *Sensibilização / Conscientização;*
- *Comissão pró Agenda 21 Local;*
- *Decreto ou Lei Municipal instalando o Fórum ou Entidade Similar;*
- *Fórum e Secretaria Executiva;*
- *Grupos de Trabalho Temáticos;*
- *Metodologia;*
- *Diagnóstico;*
- *Cenários de Futuro;*
- *Plano de Desenvolvimento Sustentável ou Similar.*

HISTÓRICO DA AGENDA 21 BRASILEIRA

Em dezembro de 2003, as ações da Agenda 21 Brasileira foram previstas como Programa Agenda 21, com recursos assegurados no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, sendo consolidada a sua posição como instrumento estratégico de subsídio à elaboração de políticas públicas sustentáveis.

AGENDA 21 LOCAL: PARCERIAS

A implementação da AG21 Local passa necessariamente pela construção de parcerias entre a sociedade e os governos estaduais, municipais e federal. Deve ser evitada a dependência de recursos exclusivamente fiscais dos três níveis de governo, pois nessa situação as chances de implementação da Agenda seriam reduzidas.

A mobilização de parcerias por meio da responsabilidade social das empresas, adotando a gestão integrada de políticas públicas de desenvolvimento sustentável e o investimento maciço em capital humano e na capacitação profissional, especialmente na educação fundamental e no ensino médio, é a chave do sucesso de qualquer ação orientada dentro dos princípios da sustentabilidade e, com certeza, deve apresentar vantagens como menores custos e ainda permitir o exercício da cidadania.

AGENDA 21 BRASILEIRA

Agentes de Desenvolvimento

A Agenda 21 Brasileira traz como recomendação especial a participação dos bancos de desenvolvimento como agentes financeiros do processo, como é o caso destas instituições: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS, Banco da Amazônia - BASA, Banco do Nordeste - BNB, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil - BB, e o Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul - BDRES.

Naturalmente, ao definir os critérios de seus financiamentos e incentivos, essas instituições irão observar as dimensões sociais e ambientais nos objetivos da Agenda. A idéia é permitir o acesso aos financiamentos e incentivos para projetos que melhor atendam a políticas sociais com maior potencial de redistribuição de renda e equilíbrio dos ecossistemas.

AGENDA 21 LOCAL

Experiências em andamento

Em junho de 2000 o MMADAI / Agenda 21 cadastrou, por meio de questionários, 15 experiências em andamento em todo o Brasil. Em 2001 foram identificadas 124 experiências, com predominância da região Nordeste. Em 2002 esse número aumentou para 204, com expressivo aumento na região Sudeste. Em junho de 2004, esse número aumentou significativamente, ultrapassando 500 processos em andamento no País.



humana e das demais espécies que habitam a Terra, para que as gerações futuras encontrem um planeta melhor para se viver.

De 1992 – data da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro – até 2002, muito foi idealizado e preparado na expectativa de iniciar-se a construção da Agenda 21. No Brasil, preparou-se em 2003 o Plano Plurianual (PPA), que prevê as ações de governo no âmbito da Federação para o período 2004-2007 e nelas insere, definitivamente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, em especial os princípios da Agenda 21.

A Agenda 21 Brasileira, a partir de então, é balizada pela reinstalação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável - CPDS e da Agenda 21 Nacional. Essa comissão, que havia sido instituída em 26 de fevereiro de 1997 pelo governo brasileiro, foi oficialmente empossada com nova formatação em 1.º de junho de 2004 pelo atual governo. Na mesma solenidade em Brasília, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Ministério do Meio Ambien-

A Agenda 21 é o mais produtivo instrumento de planejamento estratégico atualmente em implementação. Fruto do consenso da maioria dos países, apresenta-se como um permeador das

diversas políticas públicas, estabelecendo que o desenvolvimento econômico e social se processe de forma sustentável. Isso permitirá a sobrevivência da espécie

(MMA) e o Sistema CONFEA/CREA, com o objetivo de estabelecer parcerias para que cada CREA do País apóie o cumprimento da Agenda 21 em sua área de abrangência. Isso representa um reforço para a construção da Agenda no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e potencializa o processo de sua implementação local, inclusive estimulando articulações intermunicipais e/ou regionais, como no caso das Agendas 21 em Bacias Hidrográficas.

O trabalho de construção da Agenda 21 estadual em Minas Gerais, que conta com o decidido apoio do CREA-MG, poderá eventualmente constituir-se em referência para os demais CREAs. As profissões de base tecnológica regidas pelo Sistema CONFEA/CREA têm interface com os grandes temas da Agenda 21, o que se evidencia pela assinatura do Protocolo de Intenções entre o CONFEA e o MMA, e pelo exame de dispositivos da legislação vigente.

Pretende-se, com esta publicação, clarear os principais tópicos relacionados à Agenda 21 em todos os níveis, bem como estabelecer as responsabilidades de cada parceiro envolvido no processo de sua construção. Com isso, espera-se que este texto se consolide como um manual de suporte à atuação do Sistema CONFEA/CREA no que tange ao tema, e possa orientar um pouco mais os que se interessem por ele. O presente documento também apresenta exemplos de trabalhos ora em andamento e de ações que poderão ser implementadas. Em seu Anexo, há um resumo de texto preparado pelo Ministério do Meio Ambiente sobre a Agenda 21 Brasileira e a Local. Sua leitura e consulta são de extrema importância para a compreensão dos trabalhos ligados ao tema.

Marcos Tulio de Melo
Presidente do Crea-MG

TERRA, NAVEGANTE



Na imensidão do espaço, uma galáxia de médio porte, conhecida por Via Láctea, contém uma infinidade de corpos celestes e, dentre esses, um pequeno sistema estelar/planetário. Ele é composto por uma estrela de média magnitude - o Sol -, ao redor da qual giram vários corpos estelares, e é identificado como Sistema Solar. O terceiro planeta - contado a partir dessa estrela - é chamado de Terra e reúne as condições de vida como hoje a conhecemos. Nesse planeta, existe um líquido que assegura a vida de todas as espécies que nele habitam. Esse líquido é a água e, sem ela, nada sobrevive na Terra. Por outro lado, nesse terceiro planeta instalou-se a espécie geologicamente mais recente a habitar a Terra: a espécie humana, cuja excepcional aptidão para adaptar-

se a condições diversas e a circunstâncias desfavoráveis possibilitou que ela prosperasse, tornando-se, no decorrer dos tempos, a espécie dominante no planeta.

A multiplicação dos seres humanos foi gradativamente alterando as condições planetárias. Na Mesopotâmia, berço de uma das primeiras civilizações a assírio-babilônica, situada onde hoje é o Iraque, a irrigação para agricultura com as águas dos rios Tigre e Eufrates salinizou o solo e provocou a desertificação de uma vasta e outrora fértil região. A Grécia Antiga foi deflorestada pelos fenícios, em função da exportação de madeiras nobres, como o cedro. Por volta do ano 1.500 dC, iniciou-se a maciça exploração de pau-brasil, abundante num imenso território então descoberto. Cerca de 500 anos de exploração predatória resultaram na

ANEXO 1

AGENDA 21 BRASILEIRA

A Agenda Global foi um dos principais legados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92.

A construção da Agenda 21 Brasileira foi conduzida pela Comissão de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 - CPDS, desde 1997, com o objetivo de redefinir o modelo de desenvolvimento do País, introduzindo o conceito da sustentabilidade.

Dez anos depois da ECO-92, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002, deveria ser um novo marco de referência em prol da sustentabilidade do planeta e da melhoria da qualidade de vida das populações. Esses pressupostos não se consolidaram integralmente, restando aos países em desenvolvimento fazer a "lição de casa" e trabalhar com afinco na consolidação de parcerias a locais e regionais. O Brasil se afirmou como líder do bloco latino-americano em Joanesburgo.

A Agenda 21 Brasileira contém uma Plataforma de Ação e recomendações precisas, que deverão traduzir-se em um compromisso ético e político a ser assumido por todos os brasileiros durante os próximos 10 anos.

Além de situações voltadas para a preservação e conservação da natureza, a Agenda 21 enfoca questões estratégicas ligadas à geração de emprego e renda, à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda, às mudanças nos padrões de produção e consumo, e à sustentabilidade rural e urbana. Propõe mecanismos institucionais e instrumentos de intervenção direta, via gastos públicos; e indiretos, via políticas fiscais e financeiras, incentivando a construção de parcerias entre governo e sociedade, que se expressem no planejamento estratégico e participativo.

A discussão entre o Estado e a Sociedade sobre a Agenda 21 deve ser permanente e desdobrada em diferentes linguagens para atingir governantes, técnicos em planejamento, prefeitos, lideranças e o cidadão comum.

METAS DA AGENDA 21 BRASILEIRA

Principais Ações Prioritárias:

Produção e consumo sustentáveis

Promover campanha nacional contra o desperdício de água e energia; restringir a produção de descartáveis.

Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas
Incentivar a responsabilidade social por parte das empresas; promover parcerias para melhoria dos produtos.

Preservação da água das bacias hidrográficas
Difundir a consciência de que a água é um bem finito e maldistribuído; difundir tecnologias de reutilização da água industrial.

Energia renovável
Incentivar o uso eficiente e a conservação de energia, e a pesquisa sobre energia renovável.

Informação e conhecimento
Estabelecer parcerias com universidades e centros públicos de pesquisa; incentivar a utilização de fontes energéticas alternativas, limpas e seguras.

Promoção da agricultura sustentável
Adotar práticas de manejo de solo que controlem a erosão, adotar o princípio da precaução no plantio e criar rotulagem visível para produtos transgênicos autorizados.

Política florestal e controle do desmatamento
Respeitar a legislação ambiental, não promover queimadas, utilizar fontes alternativas de energia para reduzir o consumo indiscriminado de biomassa.

Inclusão social e distribuição de renda
Melhorar o índice de distribuição de renda no País, a qualidade de vida e a justiça social.

AGENDA 21 BRASILEIRA

Agentes de transformação

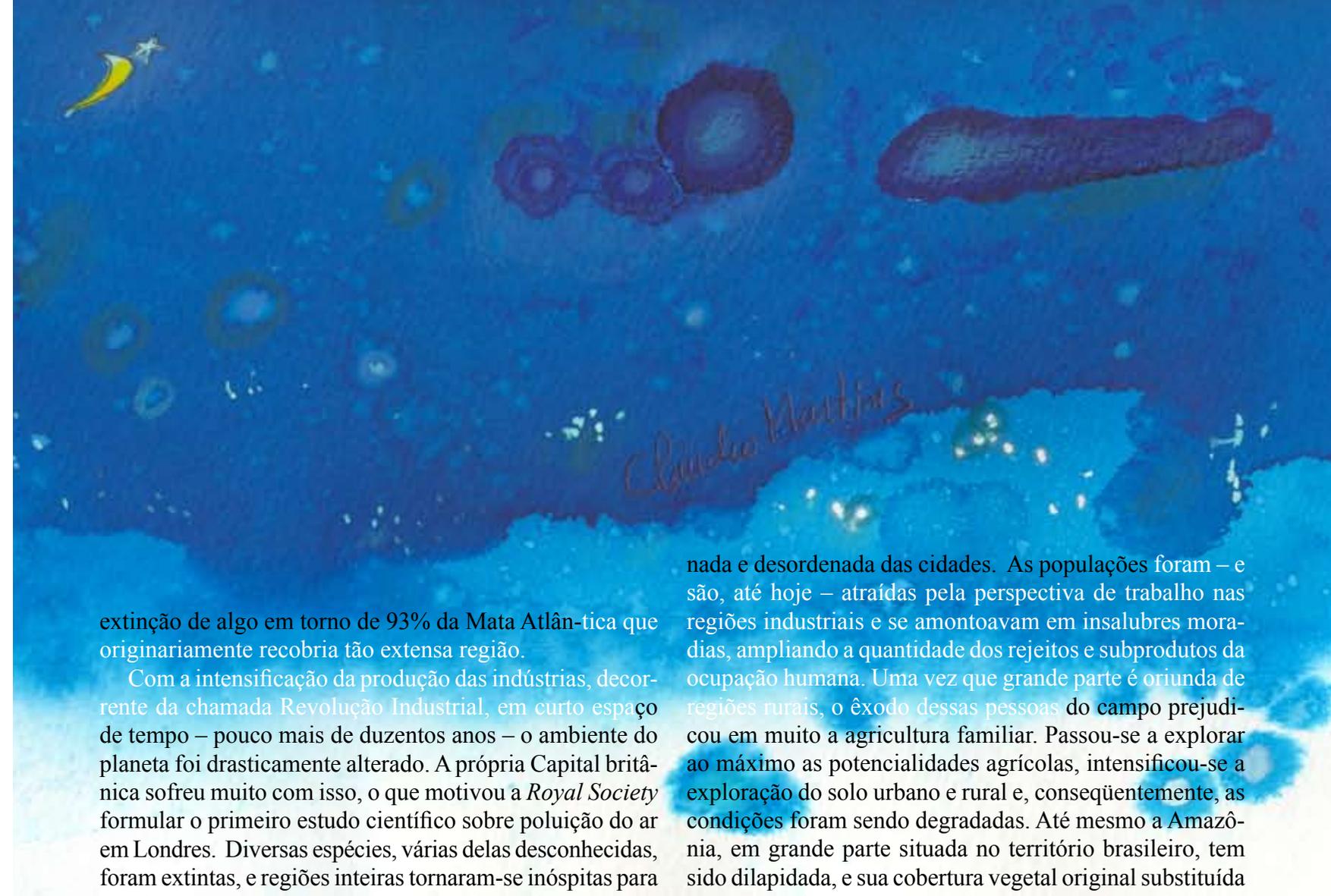
Uma parcela importante do nosso setor produtivo já demonstra a compreensão de seu papel como agente de transformações econômicas e sociais. Os maiores avanços são na área de gestão ambiental e em programas sociais. De um total de 9.140 empresas pesquisadas pelo IPEA, 59% investiram em programas sociais em 2000 - cerca de R\$4,7 bilhões, o equivalente a 0,4% do PIB nacional, num contexto de 782 mil empresas no País.

Segundo estudos do ISER e do MMA, registrou-se um grande salto no nível de conscientização socioambiental da população, crescendo o número de brasileiros envolvidos em trabalho voluntário. Há uma crescente participação da população em campanhas contra o desperdício de recursos naturais.

lores e princípios de sustentabilidade e cidadania que são enfocados na organização social, econômica, ambiental, educacional, empresarial e nas políticas públicas do Estado de Minas Gerais, com vistas ao atendimento da demanda do desenvolvimento e do uso racional e equilibrado dos espaços urbano e rural.

7. O Fórum da Agenda 21-MG pretende incentivar e subsidiar ações locais e regionais, bem como articular essas ações com os Municípios, promovendo o intercâmbio e o fortalecimento dos conceitos para o desenvolvimento de programas de Agenda 21 Local, estimulando parcerias comprometidas com os diferentes segmentos da sociedade do Estado de Minas Gerais em prol da sustentabilidade, apoiada em processos de certificação.

8. O Fórum Agenda 21-MG visa construir coletivamente a Agenda 21 do Estado de Minas Gerais, sendo a via para a concretização do pensar, do sentir e do agir sustentados na visão holística da ética, propondo um novo conceito de gestão de políticas públicas, de educação e conscientização capaz de provocar mudanças alinhadas com a sustentabilidade.



extinção de algo em torno de 93% da Mata Atlântica que originariamente recobria tão extensa região.

Com a intensificação da produção das indústrias, decorrente da chamada Revolução Industrial, em curto espaço de tempo – pouco mais de duzentos anos – o ambiente do planeta foi drasticamente alterado. A própria Capital britânica sofreu muito com isso, o que motivou a *Royal Society* formular o primeiro estudo científico sobre poluição do ar em Londres. Diversas espécies, várias delas desconhecidas, foram extintas, e regiões inteiras tornaram-se inóspitas para a vida que, antes, nelas vicejava em plenitude. Esse processo de intensa industrialização foi, de início, bancado e sustentado pelo ouro e riquezas oriundos do País chamado Brasil, em especial de uma rica província geológica cujo nome é Minas Gerais.

O processo de industrialização gerou em todo o mundo produtos que permitiram o crescimento e a intensificação da produção agropecuária, além da expansão indiscrimi-

nada e desordenada das cidades. As populações foram – e são, até hoje – atraídas pela perspectiva de trabalho nas regiões industriais e se amontoavam em insalubres moradias, ampliando a quantidade dos rejeitos e subprodutos da ocupação humana. Uma vez que grande parte é oriunda de regiões rurais, o êxodo dessas pessoas do campo prejudicou em muito a agricultura familiar. Passou-se a explorar ao máximo as potencialidades agrícolas, intensificou-se a exploração do solo urbano e rural e, conseqüentemente, as condições foram sendo degradadas. Até mesmo a Amazônia, em grande parte situada no território brasileiro, tem sido dilapidada, e sua cobertura vegetal original substituída por monoculturas. O avanço da agricultura de negócios em regiões tropicais – para a produção de alimentos e ou para gerar divisas com a exportação de grãos – tem provocado incêndios florestais de envergadura, abrangendo vastas regiões e repercutindo negativamente na fauna e flora e em todo o ambiente, em escala global. O planeta passou a apresentar sinais de exaustão, e a camada de ozônio que o recobre e protege os seres vivos tem sido cada vez mais danificada.

O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Com o passar do tempo, os cientistas, os governantes e demais especialistas perceberam que, se continuado o processo de desenvolvimento, seria acelerada a degradação planetária e a destruição dos seres vivos. Por outro lado, sem o desenvolvimento, a espécie humana correria também risco de extinguir-se. De todas as maneiras, cada uma das espécies está sujeita a processos de extinção, pois a Terra – ora em degradação – é a casa de todos, e não somente da espécie humana. É como se o planeta fosse uma embarcação repleta de seres vivos de diversas espécies, na qual se tivesse que assegurar que sobrevivessem enquanto mares bravios são singrados em busca de um porto seguro. Se, para que todos sobrevivam, for necessário destruir o barco, nada, nem ninguém, viverá. Na realidade, a Terra é como uma esfera plena de vida (ainda) a navegar no espaço sideral. Tal percepção sinalizou que o desenvolvimento deve acontecer sustentando a vida da espécie humana e das demais que habitam o planeta, desde que isso assegure à Terra continuar a sua trajetória com garantia da integridade planetária.

Eis a essência do conceito de sustentabilidade, alicerçado no princípio do desenvolvimento sustentável, que passou a ser amplamente debatido, estudado e proposto em decorrência da Conferência Mundial do Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972. Pouco antes, em 1969, manifesto firmado por grupo de renomados cientistas, o *Blueprints for survival*, considerou que estava em jogo o futuro da Humanidade. A isso seguiu-se o estudo, contratado pelo Clube de Roma, que, intitulado “Limites do Crescimento”, apresentava catastróficas previsões para o princípio do século 21. Em 1983, a Organização das Nações Unidas constituiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que estabeleceu estratégias de longo prazo contemplando os aspectos ambientais, de forma a assegurar que o desenvolvimento econômico e social se processasse de modo ambientalmente sustentável. Em 1987, essa Comissão publicou o documento conhecido como Relatório Brundtland, já que este é o sobrenome da Coordenadora dos trabalhos, a Primeira-Ministra da Noruega. Sintomaticamente, seu relatório era intitulado “Nosso Futuro Comum”.

A CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM

O Fórum Estadual provisório pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais deliberou sobre a Carta de Princípios que o rege, a seguir transcrita:

*Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais
Carta de Princípios*

1. O Fórum Agenda 21-MG é um espaço permanente da Sociedade para a reflexão, debate, proposição de novos paradigmas e de deliberação, e também para o resgate e incorporação de experiências já construídas ou em construção nos âmbitos locais, nacional e internacional, na articulação de ações estratégicas, multissetoriais e constantes para a implementação dos princípios do desenvolvimento com sustentabilidade no Estado de Minas Gerais.

2. O Fórum Agenda 21-MG constitui-se como um espaço pluralista, diversificado, não-confessional, apartidário, onde convergem: pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito público e privado, representantes de Ongs e Oscips, bem como movimentos sociais, comunidades, sindicatos, entidades de classes e educacionais, redes, empresários, governantes, parlamentares, permanecendo aberto a novas representatividades.

3. O Fórum Agenda 21-MG orienta-se pelos princípios da Constituição Federal de 1988, da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 e da

Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92 e foi referendado pela Conferência de Joanesburgo de 2002, além de basear-se na Agenda 21 global, Carta da Terra e Agenda 21 Brasileira.

4. O Fórum Agenda 21-MG é um instrumento de promoção de políticas públicas e outras ações contínuas que objetivam a garantia da qualidade de vida das gerações presentes e futuras com a mudança de comportamento e padrões de consumo, por meio de uma nova cultura que possa constituir comunidades socialmente justas, economicamente

fraternas e ecologicamente harmônicas, conservando entre si uma relação de interdependência e diversidade.

5. O Fórum Agenda 21-MG é responsável por estimular a mudança do modelo econômico, incorporando novas formas de produção e consumo em bases sustentáveis, garantindo os princípios de justiça social e do

bem comum por meio do conhecimento, da tecnologia, da solidariedade e de outras formas capazes de buscar a democracia, a igualdade, a equidade e o combate à pobreza.

6. O Fórum da Agenda 21-MG pretende firmar os va-



Há iniciativas do Governo Federal que viabilizam ações como a elaboração de Planos Diretores, entre outras. Existem linhas de crédito específicas como o PNAFM – programa criado em 1998, com recursos do BID e tendo a Caixa Econômica Federal como co-executora e agente financeiro, retomado em 2004 –, que financia até a formatação de propostas de financiamento para os referidos Planos, destinados inclusive a Municípios com população inferior a 20.000 habitantes. A título de exemplo, em Minas Gerais cerca de 75% dos Municípios estão nessa faixa populacional. Os profissionais do Sistema CONFEA/CREA poderiam participar da elaboração de tais propostas de financiamento. Para tanto, poderia ser utilizado o Serviço Estadual de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Públicas proposto pelo CREA-MG, ora tramitando na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. As demais Unidades Federadas poderiam adotar também essa iniciativa. Obtidos os recursos, esses profissionais estariam aptos a atuar também na estruturação do Plano Diretor objeto da proposta de financiamento.

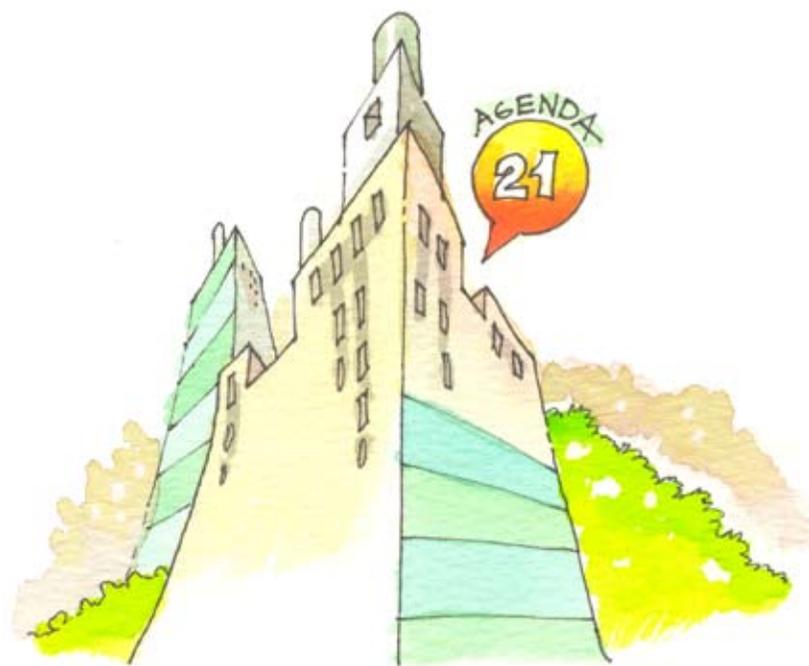
Instituições de Ensino

Importante papel está reservado às instituições de ensino. No âmbito do Sistema CONFEA/CREA, são as de nível superior e as de ensino técnico que potencializarão a difusão do conhecimento e desenvolverão trabalhos de pesquisa em ciência e tecnologia, por exemplo. Além disso, participarão em todas as etapas do Programa Agenda 21 e terão significativa influência num terceiro ponto, que é a Formação Continuada em Agenda 21 Local, promovendo a educação para a sustentabilidade. Por outro lado, a participação dos futuros Profissionais de base tecnológica permitiria que neles ficasse bem claro, desde o período de sua formação, o exercício do trabalho sob a égide do Desenvolvimento Sustentável. Certamente, isso representará

uma linha de Profissionais comprometidos com o futuro de todos e do planeta.

Entidades

As associações de classe representativas dos profissionais de base tecnológica regidos pelo Sistema CONFEA/CREA serão as ponta-de-lança nos trabalhos de arregimentação dos mesmos, em todas as áreas. Isso permitirá ampliar o alcance das ações, inclusive pelo fato de essas associações existirem em todo o País. Os Programas como o de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Públicas só serão potencializados se essas entidades participarem deles diretamente. As suas atividades são importantes para a implementação de políticas públicas que adotem os princípios do Desenvolvimento Sustentável.



AGENDA 21: O COMPROMISSO



Para que o desenvolvimento sustentável e sustentado pudesse ser alcançado, teria que haver um compromisso formal de todos os seres vivos do planeta. Como a espécie ora dominante é, pelo visto, a humana, os seus representantes reuniram-se num grande encontro, vinte anos após o de Estocolmo. O evento realizou-se ainda no século 20 – mais precisamente no período de 3 a 14 de junho de 1992 – no Brasil, país de onde originou-se o ouro que bancou a Revolução Industrial. Idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o acontecimento ficou conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – e pela sigla Eco-92 ou Rio-92, cidade onde ocorreu – e nele foram estabelecidas as bases para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, diversos acordos foram firmados pelos governos dos cerca de 178 países que lá estiveram, entre eles o Brasil. Destacam-se, entre os protocolos e acordos formalizados: a Declaração do Rio; a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas; o Convênio sobre a Diversidade Biológica etc. Mas, o principal documento emitido na ocasião para expressar a vontade de tantos é o que visa assegurar a sustentabilidade planetária a partir do século 21 e que, por isso, é conhecido como Agenda 21.

A CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21

O mundo constrói a Agenda 21 Global, e para tanto é necessário que cada país construa a sua respectiva Agenda 21 Nacional, a qual se faz com a construção das Agendas 21 de cada província ou de cada estado que a compõe, e também pela construção das Agendas 21 locais. Essas, como o nome indica, são as implementadas em cada local, seja no âmbito dos Municípios, ou das regiões, das bacias hidrográficas etc, e até mesmo em nossas casas, em nossos locais de trabalho. De certa forma, cada Agenda 21 é local, assim como a global pode ser considerada a Agenda 21 Local da Terra. Como citado na Introdução, o Anexo ao presente documento sintetiza – na visão do Ministério do Meio Ambiente – toda a sistematização da Agenda 21. Recomenda-se, pois, que seja consultado e sirva como referência às demais informações aqui publicadas. Destaque-se que, em decorrência da inserção do Programa Agenda 21 no PPA 2004-2007 pelo Governo Federal, o seu desenvolvimento alicerça-se em três grandes ações:

1. Implementar a Agenda 21 Brasileira;
2. Elaborar e implementar as Agendas 21 Locais;
3. Formação Continuada em Agenda 21 Local.

Para exemplificar, seguem-se os procedimentos de construção da Agenda 21 Estadual em Minas Gerais.

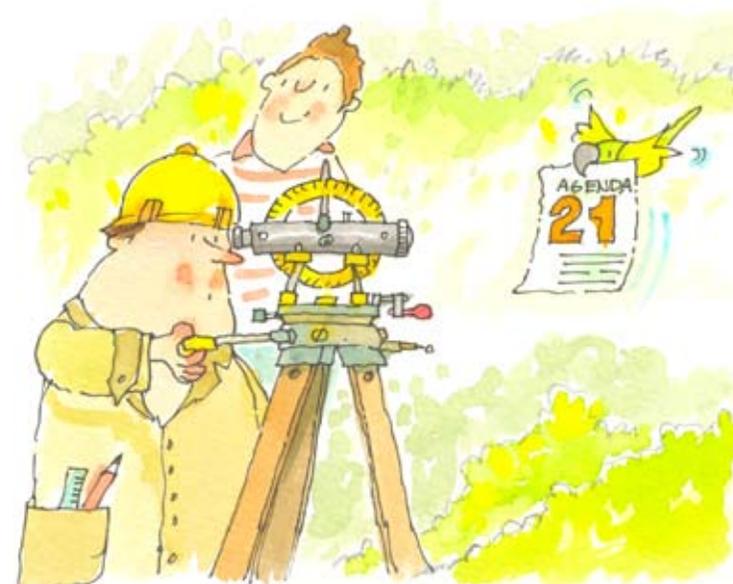
UM EXEMPLO: MINAS GERAIS

Minas Gerais é uma das Unidades da Federação onde muito se efetivou em termos de preparação da Agenda 21. Inclusive, tornou-se o estado brasileiro que mais apresentou propostas em relação a uma das ações necessárias, a Educação Ambiental. No que se refere à construção da Agenda

21 propriamente dita, o Ministério do Meio Ambiente promoveu em 14 de fevereiro de 2004 uma palestra do Coordenador Nacional da Agenda 21 Brasileira, Dr. Pedro Ivo Batista de Souza, sobre o tema “A Construção da Agenda 21 em Minas Gerais – Desafios e Oportunidades”, na sede estadual do CREA-MG, em Belo Horizonte. Ele expôs as linhas básicas do trabalho que se pretende desenvolver no Estado, que pode tornar-se referência para as demais Unidades Federadas, se devidamente implementado. De modo a viabilizar tal intento, todos os participantes decidiram, na ocasião, que o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais deveria assumir a Secretaria-Executiva da construção da

Agenda 21 em Minas Gerais. Torna-se oportuno referir que o Presidente do CREA-MG, Eng. Civil Marcos Túlio de Melo, considerou-se honrado com tal indicação, mas destacou que a função é provisória, pois deve ser dada oportunidade aos demais parceiros na construção da Agenda 21. Em decorrência disso, passou-se a estruturar o Fórum Estadual pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais, cuja instalação deverá ocorrer por intermédio de Lei ou Decreto estadual.

Na seqüência, citam-se algumas das atividades da Comissão de organizações integrantes do chamado Fórum Estadual pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais, ainda na condição de provisório, visto que será definitivo só após a sua instalação.



O Sistema CONFEA/CREA é composto por um conjunto de Autarquias federais com jurisdição de base territorial. O CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – tem atuação em todo o Brasil, ao passo que cada Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) atua na respectiva unidade federada. Assim, o CREA-DF abrange o Distrito Federal, o CREA-MG insere-se no Estado de Minas Gerais e assim por diante. Essa estrutura autárquica regula o exercício das chamadas profissões de base tecnológica regidas pelo Sistema CONFEA/CREA, e que agregam os profissionais de formação superior das seguintes áreas:

Engenharia, Agronomia, Arquitetura, Geologia, Geografia e Meteorologia, bem como os Tecnólogos e os profissionais de nível técnico em Edificações, Saneamento, Meio Ambiente e outras. Todas essas profissões têm interface com os grandes temas da Agenda 21, o que se confirma pela assinatura do Protocolo de Intenções entre o CONFEA e o MMA e pelo exame de dispositivos da legislação vigente. Entre estes, pontifica a Lei federal n.º 5.194 que, em seu artigo 1.º estabelece que essas profissões são caracterizadas

O PAPEL DO SISTEMA CONFEA / CREA

pelas realizações de interesse social e humano que importem na concretização dos seguintes empreendimentos: (a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; (b) meios de locomoção e comunicações; (c) edificações, serviços e equipamentos urbanos e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; (d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; (e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Os seis grandes temas da Agenda 21 são, como já visto, os seguintes:

- (1) Agricultura sustentável;
- (2) Cidades sustentáveis;
- (3) Infra-estrutura e Integração Regional;
- (4) Gestão dos Recursos Naturais;
- (5) Redução das Desigualdades Sociais;
- (6) Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

Se é clara, como dito anteriormente, a necessidade da presença das profissões de base tecnológica regidas pelo Sistema CONFEA/CREA, no desenvolvimento das atividades ligadas a esses temas, cabe pois a esse Sistema estimular e apoiar todas as ações previstas para essa efetivação, inclusive fomentando a inserção desse assunto nos Congressos de Profissionais, como se faz em Minas Gerais. Para tanto, as entidades como as instituições de ensino e as organizações sindicais e de classe têm grande importância. São elas que, de início, podem congregam os profissionais e estabelecer múltipla parceria para inseri-los nos trabalhos e, se for o caso, habilitá-los.

SOCIEDADE CIVIL

A participação da Sociedade na construção da Agenda 21 integra gigantesco esforço de parceria com as instâncias de Governo. Dessa forma, a população participa das decisões que afetam a sua qualidade de vida e debate soluções propostas para viabilizar os serviços básicos, desde o seu planejamento. Assim, a sociedade deve também deliberar a respeito da alocação dos recursos do orçamento para os serviços de transporte, saneamento ambiental, segurança, educação e saúde, entre outros, tendo em vista que todas as políticas públicas tem que estar preparadas em conformidade com os princípios da Agenda 21.

Por outro lado, ao participar ativamente dos Fóruns Municipais, Regionais e Estaduais da Agenda 21, em todos os níveis, a sociedade democratiza o processo decisório e alicerça a preparação e implementação das políticas públicas, sob a égide da Agenda 21.

Conforme consta no Programa Agenda 21 no PPA 2004-2007, “a parceria entre o Governo e a Sociedade – no âmbito da CPDS – se responsabilizará por:

- a) assegurar a implementação das ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira;
- b) assegurar a instalação dos Fóruns Locais de Desenvolvimento Sustentável;
- c) estimular e acompanhar a elaboração e implementação de Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável por meio das Agendas 21 Locais;
- d) promover e acompanhar processos de formação de governos e sociedade, induzindo a disseminação e elaboração de Agendas 21 Locais;

e) desenvolver método de avaliação e monitoramento do Programa Agenda 21”.

Entende-se que a elaboração e disseminação de Agendas 21 Locais passa pelo processo de construção da Agenda 21 em Minas Gerais, notadamente por atuações nos Congressos de Profissionais do Sistema CONFEA/CREA nos diversos pontos do Estado, bem como pela utilização das estruturas locais, regionais e estadual do CREA-MG e demais parceiros.



O FÓRUM ESTADUAL

O Fórum - que, após sua instalação oficial, será instância deliberativa sobre as políticas públicas de todos os naipes, de forma que contemplem os princípios preconizados pela Agenda 21 - é composto por várias organizações, que até junho de 2004 correspondem a cerca de cento e vinte organizações, tanto do setor público quanto da sociedade civil, inclusive da iniciativa privada, e que estão relacionadas no Anexo 2.

AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

O Fórum Estadual provisório pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais definiu, em sessão plenária, as seguintes estratégias de atuação em 2004:

- 1 - as Bacias Hidrográficas serão sempre adotadas como unidades de planejamento e gestão;
- 2 - os trabalhos ocorrerão

no âmbito das bacias hidrográficas, e não se privilegiará uma Bacia específica; todas serão envolvidas, tornando-se claro que em algumas haverá mais facilidade que noutras;

3 - no âmbito das Bacias Hidrográficas, as ações serão inicialmente deflagradas em regiões de baixo IDH-Índice de Desenvolvimento Humano; áreas metropolitanas; sítios históricos de interesse; concentrações industriais; regiões onde há intenso processo de mobilização (ex.: sub-Bacia Hidrográfica do Velhas, com o Projeto Manuelzão); áreas com elevada deficiência hídrica, inclusive aquelas com perspectiva de inclusão em ações do Programa Nacional de Combate à Desertificação (se existentes no território mineiro); outros locais;

4 - os trabalhos serão articulados a partir de bases físicas existentes, como: [a] as estruturas da CUT; [b] escritórios da FIEMG; [c] as sedes regionais de organismos não-governamentais; [d] as instalações de organismos públicos nas diversas esferas; [e] todas as Inspetorias do CREA-MG na Capital e no Interior de Minas Gerais;

5 - os trabalhos serão impulsionados por Congressos de Profissionais do Sistema CONFEA/CREA, notadamente os que serão realizados nas cinquenta e seis Inspetorias do CREA-MG (junho e julho); nas sete novas Gerências Regionais do CREA-MG (em julho e agosto); no Congresso Estadual de Profissionais (em agosto); no Congresso Nacional de Profissionais (em novembro/dezembro de 2004);

6 - além dos demais participantes, também os Comitês de Bacias Hidrográficas serão parceiros naturais nos trabalhos;



7 - foram constituídos Grupos de Trabalho, discriminados pelas respectivas atribuições abaixo:

GT-1 - REGULAMENTO E OBJETIVOS - elaboração do Regimento do Fórum, da Legislação para constituição, e da Carta de Princípios;

GT-2 - MAPEAMENTO INTEGRADO - montagem da base cartográfica de identificação de toda a estrutura física descrita no item 4º, bem como para o levantamento da localização das experiências já existentes em Minas Gerais relacionadas à Agenda 21;

GT-3 - METODOLOGIA DE ATUAÇÃO - incluindo a que se pretende propor para subsidiar, em termos de Agenda 21, os Congressos de Profissionais do Sistema CONFEA/CREA em Minas Gerais;

GT-4 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL - para articular o planejamento de Oficinas de Trabalho, para Prefeitos, Vereadores e outros parceiros;

GT-5 - RECONSTITUIÇÃO DO ACERVO - para resgatar todas as publicações e trabalhos já efetuados em Minas Gerais sobre a Agenda 21, e atualizá-los, o que permitirá enorme ganho de tempo nas ações;



Esses Grupos de Trabalho destinam-se à efetivação do Fórum Estadual, que, depois de instalado, irá contar com grupos temáticos enfocando cada assunto da Agenda 21.

As Reuniões Ordinárias do Fórum Provisório da Agenda 21 em Minas Gerais são realizadas na primeira sexta-feira de cada mês, às 14 horas, no Auditório do Plenário do CREA-MG, no 6º andar da sede estadual desse Conselho.



Federal

O Governo federal deve consultar a sociedade e proceder à organização de todos os dados disponíveis para a construção da Agenda 21 Brasileira. Como exemplo, implementou-se em 1997 a CPDS - reinstalada em 2004 de forma ampliada - e acontece a inserção da Agenda 21 no Plano Plurianual (PPA). Além disso, insere-se a temática Agenda 21 em diversas instâncias de planejamento, entre as quais o Plano de Revitalização do São Francisco e o Plano Decenal da Bacia do Rio São Francisco.

Unidades Federadas

O Governo de cada unidade federada deve proporcionar suporte tanto para a implementação da Agenda 21 de cada uma delas quanto para a construção das Agenda 21 Locais. Um especial exemplo é a Agenda 21 estadual de Pernambuco, para a qual o Governo daquele estado envidou significativos esforços. É necessário entretanto, verificar até que ponto houve participação da Sociedade. Cabe destacar também as ações executadas em Minas Gerais - com o CREA-MG sendo Secretaria-Executiva - em parceria com cerca de cento e vinte organizações, no tocante à construção da Agenda 21, inclusive com a pretendida formalização do Fórum Estadual pela Construção da Agenda 21, o que deverá ser feito pelo Governo Estadual mediante Lei específica. Além disso, o Legislativo estadual incluiu o tema Agenda 21 no Seminário Legislativo Saneamento Ambiental, em 2004, cujo objetivo básico é a formulação da Política Pública de Saneamento Ambiental em Minas.

Municipais

Os governos municipais devem procurar implementar políticas públicas com base nos princípios da Agenda 21. Exemplo significativo dessa assertiva é o Município paulista de Ribeirão Pires, estância turística cujo território está totalmente protegido pela Lei Estadual dos Mananciais e tem mais de 50% de áreas verdes, 30% das quais remanescentes da Mata Atlântica. O Município tornou-se um dos pioneiros na preparação da Agenda 21 Local. O Município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, constituiu em 2000 uma Comissão para implementar o Fórum Municipal da Agenda 21 e, a exemplo de vários, participa ativamente da construção da Agenda 21 Estadual.

Registre-se que os exemplos mencionados o foram a título de ilustração e não desmerecem outras iniciativas ora em andamento no Brasil e que, por questões de espaço, não foram citadas.

Cumpra mencionar que se torna extremamente necessário que a Agenda 21 Local seja implementada em cada lugar do Brasil. Isso será efetivado mediante a elaboração e posterior implantação de Planos de Desenvolvimento Sustentável, sendo de vital importância a articulação de firme parceria entre o Governo e a Sociedade.

A exemplo do que ocorre no âmbito estadual, o Fórum Municipal da Agenda 21 Local deverá ser regulamentado por lei.



PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA / CREA

As chamadas profissões de base tecnológica regidas pelo Sistema CONFEA/CREA são, entre outras, aquelas que identificam os profissionais das seguintes áreas: Engenharia, Agronomia, Arquitetura, Geologia, Geografia e Meteorologia, incluindo também os Tecnólogos e os profissionais de nível técnico em Edificações, Saneamento, Meio Ambiente etc. Todas essas profissões têm interface com os grandes temas da Agenda 21, o que se pode verificar pela análise do Protocolo de Intenções entre o CONFEA e o MMA e pelo exame de dispositivos da legislação vigente.

Essas profissões caracterizam-se pelas realizações de interesse social e humano que importem na concretização dos seguintes empreendimentos:

- (a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- (b) meios de locomoção e comunicações;
- (c) edificações, serviços e equipamentos urbanos e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- (d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres;
- (e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

A efetivação desses empreendimentos tem estreita relação com os seis grandes temas da Agenda 21:

- (1) Agricultura sustentável;
- (2) Cidades sustentáveis;
- (3) Infra-estrutura e integração regional;
- (4) Gestão dos recursos naturais;
- (5) Redução das desigualdades sociais;
- (6) Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.



Para a concretização do atendimento a todos esses temas, é nítida a necessidade de participação das profissões de base tecnológica regidas pelo Sistema CONFEA/CREA; daí a importância do envolvimento de profissionais específicos nas atividades correspondentes. Assim, para o desdobramento dessas atividades torna-se também necessária a atuação dos Profissionais do Sistema, seja para preparar Planos Diretores, seja para implementar ações de gestão das águas nas Agências de Águas ou de Bacias Hidrográficas, ou para atuar práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis, e ainda para viabilizar meios de transporte compatíveis com os critérios de sustentabilidade, e até mesmo desenvolver tecnologias limpas, por exemplo, para a obtenção de energia de biomassa e exploração de fontes energéticas alternativas. Outro dos importantes trabalhos dos profissionais de base tecnológica regidos pelo Sistema CONFEA/CREA é a sua participação na concepção e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável, bem como no estabelecimento de parcerias técnicas, científicas e outras, visando a construção das Agendas 21 Locais.



A MULTIPLICAÇÃO DOS PEIXES

Como se afirmou anteriormente, uma das formas de impulsionar os trabalhos de construção da Agenda 21 em Minas Gerais é incluí-la entre os temas dos Congressos de Profissionais, inicialmente nas sedes das 56 Inspetorias do CREA-MG. Esses Congressos, seguindo determinação do CONFEA, têm como um dos temas as Cidades Sustentáveis. Tal assunto, em realidade, corresponde a um dos grandes eixos temáticos da Agenda 21. Em função disso, as instituições e demais organizações da sociedade civil e públicas que integram o Fórum Estadual provisório pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais propuseram – e adotaram – um dos princípios basilares da respectiva estratégia de implementação: a inserção do tema Agenda 21 nesses eventos. A partir daí, como já mencionado, pretende-se que sejam implementadas pelo menos 56 Agendas 21 Locais e deflagrados os procedimentos para que outras sejam construídas nos demais Municípios na órbita de cada uma das Inspetorias do CREA-MG. Deve

ser comentado que, além dos Congressos de Profissionais nas 56 Inspetorias do CREA-MG, deverão acontecer ainda em 2004 sete Congressos nas novas Gerências Regionais, e também o Congresso Estadual de Profissionais propriamente dito. Tudo isso representará em Minas Gerais, 64 momentos de deflagração e/ou potencialização da Agenda 21.

Parcerias

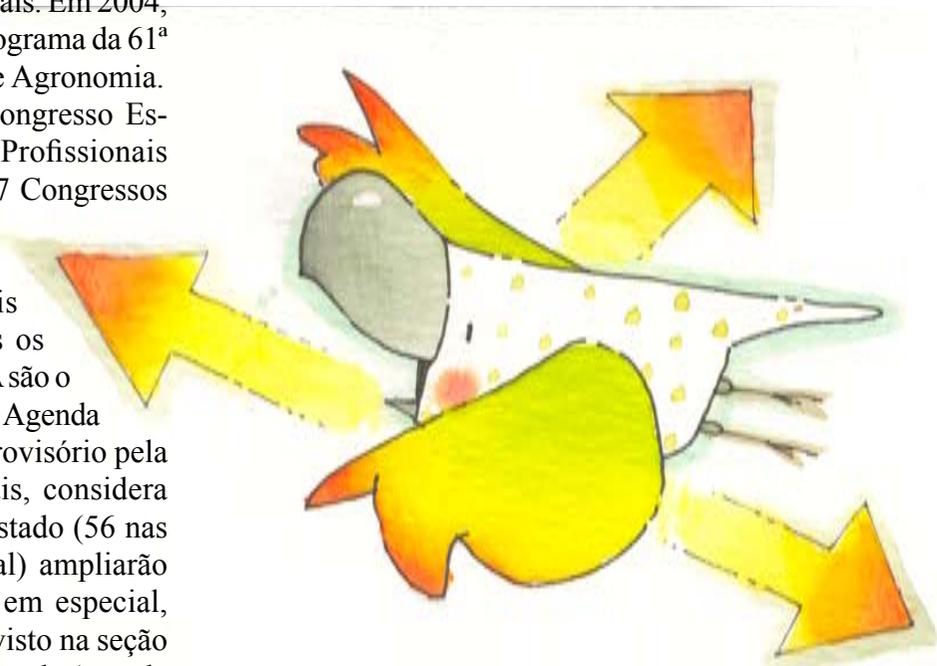
Outra forma de multiplicar os trabalhos e a conseqüente difusão da Agenda 21 faz-se por intermédio da aglutinação de parceiros. O Grupo que efetua o Mapeamento Integrado levanta as parcerias em cada local e, a partir daí, tem-se uma visão mais ampla do processo, em andamento, o que permite até mesmo detectar a localização mais favorável às estratégias previstas, em função da concentração de parceiros.

O Grupo de Mobilização estuda a melhor forma de mobilizar os parceiros atuais e os potenciais. Já o Grupo de Metodologia procura atuar em prol da construção da Agenda 21, em plena sintonia com as atividades de mobilização. O Grupo de Reconstituição do Acervo busca resgatar todas as importantes ações antes formuladas e, com isso, avançar ainda mais, começando pela fase a partir do instante em que elas foram interrompidas. Com isso, ganha-se tempo e não se age a partir do nada e, sim, de algo já existente, que passa a ser potencializado após adequar-se ao momento atual.

OS CONGRESSOS DE PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA / CREA

O Sistema CONFEA/CREA realiza em todo o País os respectivos Congressos de Profissionais, que se iniciam em cada CREA e posteriormente resultam no Congresso Nacional de Profissionais. Em 2004, o evento será em São Luís do Maranhão, no programa da 61ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O CREA-MG programou, além do V Congresso Estadual, a realização de 56 Congressos de Profissionais nas 56 Inspetorias em Minas Gerais e de 07 Congressos Regionais, esses na região de abrangência de cada Gerência Regional. Os Congressos nas Inspetorias e nas Gerências Regionais precedem o Congresso Estadual. Em todos os Congressos, os temas definidos pelo CONFEA são o Exercício Profissional, Cidades Sustentáveis e Agenda 21. Conforme já citado, o Fórum Estadual provisório pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais, considera que os 64 Congressos de Profissionais no Estado (56 nas Inspetorias, 07 nas Regionais e 01 Estadual) ampliarão a discussão sobre Cidades Sustentáveis e, em especial, sobre a Agenda 21 para a Sociedade. Como visto na seção Estratégias, pretende-se deflagrar a construção da Agenda 21 Local no Município-sede de cada Inspetoria do CREA-MG (caso nele ainda não existam trabalhos sobre o tema), e posteriormente em cada um dos Municípios na órbita de cada Inspetoria. Dessa forma, pretende-se alcançar todos os locais do Estado de Minas Gerais.



A CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os locais do Brasil que estiverem implementando políticas públicas sob a égide dos princípios preconizados pela Agenda 21 e, para tal, tiverem o respectivo Fórum da Agenda 21 formalmente constituído, estarão aptos a serem objeto de Certificação de Sustentabilidade Ambiental. O referido Certificado, no dizer do Ministério do Meio Ambiente, permitirá reconhecer aquele local como aplicador dos princípios asseguradores do Desenvolvimento Sustentável, habilitando-os ao direcionamento de recursos para a viabilização das citadas políticas. Torna-se, esse, um importante estimulador da Agenda 21 em todos os níveis. Disso, certamente, resultará ampla melhoria da situação hoje existente na maior parte dos Municípios brasileiros.

A Certificação muito contribuirá para a geração de ocupação e renda – notadamente para os profissionais das profissões de base tecnológica regidas pelo Sistema CONFEA/CREA, cujas atribuições têm plena interface com a implementação dos grandes eixos temáticos da Agenda 21 e respectivos desdobramentos –, além de possibilitar a melhoria das condições atuais no meio urbano e rural.

A implementação dessa Certificação – que se prevê seja emitida pelo Governo Federal – representa um grande avanço no que se refere à construção da Agenda 21.

Num País como o nosso, onde se produz para assegurar o pagamento dos juros de uma exacerbada dívida externa, essa Certificação permitirá aporte de recursos mais amplo, pois a Agenda 21 é um compromisso internacional cuja manutenção deve ser respeitada até mesmo pelos organismos do sistema financeiro mundial. Além do mais, torna-se razoável considerar que o imenso mercado de Créditos de

Carbono ora em processo de implementação no mundo, no Brasil poderá valer-se desse pioneiro mecanismo de Certificação.

O QUE SE ESPERA DOS PARCEIROS ENVOLVIDOS

A construção da Agenda 21, em todos os níveis, se faz em parceria. Daí a importância de se aglutinarem todos os parceiros - e, cada vez mais, haver novas parcerias no processo - e de efetivamente eles atuarem nas atividades da Agenda 21. Na seqüência, comentamos formas possíveis de envolver os diversos parceiros nas ações deflagradas.

